

VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA

CARLOS ANDRÉ BIRNFELD

HORÁCIO WANDERLEI RODRIGUES

SAMYRA HAYDÊE DAL FARRA NASPOLINI

FELIPE CHIARELLO DE SOUZA PINTO

Todos os direitos reservados e protegidos. Nenhuma parte destes anais poderá ser reproduzida ou transmitida sejam quais forem os meios empregados sem prévia autorização dos editores.

Diretoria - CONPEDI

Presidente - Prof. Dr. Orides Mezzaroba - UFSC - Santa Catarina

Diretora Executiva - Profa. Dra. Samyra Haydêe Dal Farra Napolini - UNIVEM/FMU - São Paulo

Vice-presidente Norte - Prof. Dr. Jean Carlos Dias - Cesupa - Pará

Vice-presidente Centro-Oeste - Prof. Dr. José Querino Tavares Neto - UFG - Goiás

Vice-presidente Sul - Prof. Dr. Leonel Severo Rocha - Unisinos - Rio Grande do Sul

Vice-presidente Sudeste - Profa. Dra. Rosângela Lunardelli Cavallazzi - UFRJ/PUCRio - Rio de Janeiro

Vice-presidente Nordeste - Profa. Dra. Gina Vidal Marcilio Pompeu - UNIFOR - Ceará

Representante Discente: Prof. Dra. Sinara Lacerda Andrade - UNIMAR/FEPODI - São Paulo

Conselho Fiscal:

Prof. Dr. Caio Augusto Souza Lara - ESDHC - Minas Gerais

Prof. Dr. João Marcelo de Lima Assafim - UCAM - Rio de Janeiro

Prof. Dr. José Filomeno de Moraes Filho - Ceará

Prof. Dr. Lucas Gonçalves da Silva - UFS - Sergipe

Prof. Dr. Valter Moura do Carmo - UNIMAR - São Paulo

Secretarias

Relações Institucionais:

Prof. Dra. Daniela Marques De Moraes - UNB - Distrito Federal

Prof. Dr. Horácio Wanderlei Rodrigues - UNIVEM - São Paulo

Prof. Dr. Yuri Nathan da Costa Lannes - Mackenzie - São Paulo

Comunicação:

Prof. Dr. Liton Lanes Pilau Sobrinho - UPF/Univali - Rio Grande do Sul

Profa. Dra. Maria Creusa De Araújo Borges - UFPB - Paraíba

Prof. Dr. Matheus Felipe de Castro - UNOESC - Santa Catarina

Relações Internacionais para o Continente Americano:

Prof. Dr. Heron José de Santana Gordilho - UFBA - Bahia

Prof. Dr. Jerônimo Siqueira Tybusch - UFSM - Rio Grande do Sul

Prof. Dr. Paulo Roberto Barbosa Ramos - UFMA - Maranhão

Relações Internacionais para os demais Continentes:

Prof. Dr. José Barroso Filho - ENAJUM

Prof. Dr. Rubens Beçak - USP - São Paulo

Profa. Dra. Viviane Coêlho de Séllos Knoerr - Unicuritiba - Paraná

Eventos:

Prof. Dr. Antônio Carlos Diniz Murta - Fumec - Minas Gerais

Profa. Dra. Cinthia Obladen de Almendra Freitas - PUC - Paraná

Profa. Dra. Livia Gagher Bosio Campello - UFMS - Mato Grosso do Sul

Membro Nato - Presidência anterior Prof. Dr. Raymundo Juliano Feitosa - UMICAP - Pernambuco

P472

Pesquisa e educação jurídica [Recurso eletrônico on-line] organização CONPEDI

Coordenadores: Carlos André Birnfeld; Felipe Chiarello de Souza Pinto; Horácio Wanderlei Rodrigues; Samyra Haydêe Dal Farra Napolini – Florianópolis; CONPEDI, 2023.

Inclui bibliografia

ISBN: 978-65-5648-702-1

Modo de acesso: www.conpedi.org.br em publicações

Tema: Direito e Políticas Públicas na era digital

1. Direito – Estudo e ensino (Pós-graduação) – Encontros Nacionais. 2. Pesquisa. 3. Educação jurídica. VI Encontro Virtual do CONPEDI (1; 2023; Florianópolis, Brasil).

CDU: 34



VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI

PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA

Apresentação

O Grupo de PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA teve seus trabalhos apresentados na tarde do dia 22 de junho de 2023, durante o VI ENCONTRO VIRTUAL DO CONPEDI.

As apresentações foram divididas em três blocos de exposições, sendo que em cada um dos mesmos houve, pelos autores presentes, a exposição dos respectivos artigos aprovados, em sequência, sendo, ao final de cada bloco, aberto espaço para o respectivo debate.

Segue abaixo a descrição dos artigos apresentados, ressaltando-se que não fazem parte dos Anais do evento aqueles artigos direcionados diretamente à Revista PESQUISA E EDUCAÇÃO JURÍDICA do CONPEDI, em função de sua seleção especial para publicação na mesma.

No primeiro bloco foram apresentados e debatidos os artigos a seguir descritos:

O artigo **RELAÇÕES SISTÊMICAS (DIREITO, CIÊNCIA E EDUCAÇÃO): A PESQUISA EMPÍRICA COMO METODOLOGIA DE SUPERAÇÃO**, de autoria de Felipe Rosa Müller, Paula Pinhal de Carlos e Diógenes Vicente Hassan Ribeiro, trata da empiria como aporte metodológico do desenvolvimento da pesquisa em Direito, sob a perspectiva reflexiva da matriz pragmático-sistêmica de Niklas Luhmann. Correlacionar os sistemas do Direito, da Ciência e da Educação com as transformações sociais exigidas para atendimento das expectativas de uma sociedade cada vez mais complexa. Objetiva, assim, apresentar uma abordagem teórica sobre a necessidade de observação das relações sistêmicas correlacionadas. Aponta a contribuição da pesquisa empírica em Direito à emergência democrática da reforma do pensamento científico, oriunda das inquietações da sociedade brasileira contemporânea. Aponta que a autopoiese atua como característica impeditiva de transferências automáticas entre os subsistemas, impedindo qualquer aplicação imediata no subsistema do Direito do conhecimento desenvolvido nas Instituições de Ensino Superior e nas produções científico-jurídicas, mas que, todavia, a empiria como metodologia ativa aproxima o Direito e a Sociedade, auxiliando na possibilidade de superação da metodologia de reprodução do conhecimento dogmático.

O artigo **LEI GERAL DE PROTEÇÃO DE DADOS APLICADA À PESQUISA CIENTÍFICA**, de autoria de Camilla Ellen Aragão Costa e Reginaldo Felix Nascimento,

destaca que a sociedade experimenta uma forma de economia calcada em tecnologias de vigilância, que influencia na conflagração de dados em camadas incomensuráveis. Ressalta que, nesse contexto, surge a Lei Geral de Proteção de Dados a fim de estabelecer parâmetros de proteção, de forma que configura-se um desafio para a pesquisa científica, que deve acontecer obedecendo os padrões de proteção de dados nacionais. Assim, o artigo tem por foco os padrões da Lei Geral de Proteção de Dados para pesquisa científica, o contexto histórico que fundamenta a importância da ética na pesquisa e os perigos de uma regulamentação rígida da pesquisa através da Lei Geral de Proteção de Dados que, pode violar direitos fundamentais. Em conclusão, aponta que a Lei Geral de Proteção de Dados revela uma nova realidade para a pesquisa científica, transformando o pesquisador ou órgão de pesquisa em agentes de tratamento, com devidas responsabilidades no tratamento de dados pessoais dos humanos envolvidos na pesquisa científica.

O artigo **PERSPECTIVAS DECOLONIAIS NAS POLÍTICAS PÚBLICAS VOLTADAS PARA A EXTENSÃO UNIVERSITÁRIA NA EDUCAÇÃO JURÍDICA**, de autoria de Edna Raquel Rodrigues Santos Hogemann, vale-se da leitura reflexiva de obras de Boaventura de Sousa Santos e Walter Mignolo para promover um diálogo interdisciplinar entre o Direito, Educação e Sociologia, no âmbito das políticas públicas voltadas para a educação jurídica, em específico para o campo da extensão universitária como elemento de integração entre a Universidade e seu entorno comunitário. Apontando para um quadro social demarcado por um histórico de colonialismo e lançando luzes sobre as deficiências do ensino jurídico implantado no País e as possibilidades existentes, tem como objetivo assinalar elementos que demonstrem que a partir da implementação de uma extensão universitária de condão decolonial e as possibilidades existentes, é possível a implementação de uma extensão universitária objetivamente vocacionada para a cidadania. Assim, busca identificar os princípios constitucionais adotados na salvaguarda dos direitos fundamentais destacados para lastrear tal política pública.

O artigo **PRÁTICAS EXTENSIONISTAS NO CURSO DE DIREITO: GÊNERO E DIVERSIDADE NAS UNIVERSIDADES**, de autoria de Roberta Pinheiro Piluso, Maria Celia Ferraz Roberto Da Silveira e Carmen Caroline Ferreira do Carmo Nader destacando que as universidades possuem papel central para a promoção da igualdade e da diversidade, devendo o ensino universitário atuar na promoção de transformações sociais e na busca pela concretização dos direitos humanos, pretende abordar práticas de extensão universitárias no campo do Direito diante da perspectiva da diversidade e da inclusão, especialmente no campo da equidade de gênero. Pontua que, tendo em consideração os feminismos plurais e o combate à violência de gênero, a educação universitária opera como mecanismo transformador da realidade social por meio do ensino, pesquisa e extensão, na forma do

artigo 207 da Constituição Federal. Ressalta que atividades como projetos de extensão aproximam a comunidade da academia e podem proporcionar mudanças concretas em âmbito local, como é o caso das atividades extensionistas objeto de estudo do artigo, que envolvem a promoção da equidade de gênero em aliança com uma proposta de ensino ativa e transformadora. Apresenta, com base na experiência em desenvolvimento trazida para análise, a importância de perspectivas de combate à desigualdade de gênero serem trabalhadas e ensinadas dentro das práticas extensionistas, especialmente com a curricularização da extensão, com a finalidade de reduzir desigualdades, promover direitos humanos e formar futuros operadores do Direito qualificados com formação ampla e humanizada.

O artigo MULHERES DE SUCESSO: EMPREENDEDORISMO SOCIAL NA PRÁTICA - APONTAMENTOS PRÁTICOS SOBRE A CURRICULARIZAÇÃO DA EXTENSÃO, de autoria de Carmen Caroline Ferreira do Carmo Nader , Litiane Motta Marins Araujo e Aline Teodoro de Moura, destaca que Curricularização da Extensão é o processo de inclusão de atividades de extensão no currículo dos cursos superiores, que tem como objetivo primordial a proporcionar a formação integral dos estudantes para sua atuação profissional, bem como a promoção da transformação social da comunidade do entorno. Ressalta que a Universidade do Grande Rio (Unigranrio Afya), implementou, no segundo semestre de 2022, a disciplina: Projeto de Extensão I, oferecida aos alunos do segundo período de Direito em Nova Iguaçu, com o tema geral focado no empreendedorismo social. Aponta que apesar de muito comentado, o conhecimento sobre a atividade empreendedora e as suas diversas características, especialmente nas chamadas classes C, D e E, segundo critério do IBGE, ainda é um desafio a ser superado. Assim, buscou exaltar os benefícios do empreendedorismo feminino como estímulo à redução das diferenças de oportunidades de ascensão de carreira entre homens e mulheres, favorecendo a diversidade de negócios graças às perspectivas inovadoras identificadas pelas empreendedoras. Relata que, ao final, um evento de culminância gerou debates e reflexões acerca do empreendedorismo feminino, além de oportunizar networking e interação entre a comunidade acadêmica e a sociedade do entorno.

O artigo ACESSO À EDUCAÇÃO NO ENSINO SUPERIOR JURÍDICO SOB A ÓTICA DA INTERSECCIONALIDADE DE GÊNERO E RAÇA, de autoria de Raquel Dantas Pluma , Karyna Batista Sposato e Caroline Ayala de Carvalho Bastos, tem o objetivo de traçar reflexões acerca do acesso ao ensino superior jurídico sob a ótica da interseccionalidade de gênero e raça. À luz do direito fundamental à educação, a análise atravessa a implementação de políticas públicas para a expansão do ensino superior no Brasil, destacadamente, no tocante à política de inclusão racial, com a Lei de Cotas no âmbito das Universidades, bem como o movimento de interiorização das universidades

públicas. Outrossim problematiza que em que pese o expressivo número de mulheres já ocupando os bancos universitários há um baixo percentual de discentes negras em determinados cursos e certas áreas do conhecimento, a exemplo do curso de direito, marcado, por origens coloniais burocráticas que bem reproduzem a divisão de trabalho mundo afora, e espelham as questões étnicas e de gênero. Nesta perspectiva, procura responder se as mulheres negras continuam a ocupar posições consideradas, como de desprestígio, também, na Universidade.

No segundo bloco foram apresentados e debatidos os artigos a seguir descritos:

O artigo **METODOLOGIAS ATIVAS APLICÁVEIS NO ENSINO JURÍDICO: ANÁLISE DE CASO DA DISCIPLINA DE PRÁTICA TRABALHISTA NA GRADUAÇÃO DE DIREITO DA UNIFOR**, de autoria de Antonio Jorge Pereira Júnior e Patrícia Moura Monteiro Cruz, visa abordar os principais desafios enfrentados no ensino superior, com foco na proliferação dos cursos jurídicos em comparativo com a queda da qualidade do ensino ofertado. Destaca que o método exclusivamente expositivo descolado da realidade mostra-se questionável quanto à capacidade de retenção dos discentes, especialmente os da “Geração Z”. O artigo inicia com a abordagem do papel das universidades na efetivação do direito ao desenvolvimento, a partir de uma perspectiva conceitual e normativa. Em seguida, a virtude da prudência foi analisada como papel de protagonismo no ensino jurídico por permitir aos alunos maior desenvolvimento e capacidade de pensar e agir criticamente. Por fim, descreve os métodos de ensino aplicados pelos professores de Estágio III do curso de graduação da Universidade de Fortaleza - UNIFOR, especialmente no desenvolvimento de habilidades e competências para prática jurídica. Conclui que existe uma necessidade de renovar os tradicionais métodos de ensino jurídico com foco na aproximação do aluno, por meio do uso de metodologias ativas, inclusive com uso de ferramentas tecnológicas.

O artigo **DIREITOS HUMANOS E ENSINO DO DIREITO NO BRASIL: ENTRE A PRIMAZIA NORMATIVA E METODOLÓGICA E UM QUADRO FÁTICO DE NÃO-CORRESPONDÊNCIA**, de autoria de Rodrigo Miotto dos Santos, Marcos Leite Garcia e Liton Lanes Pilau Sobrinho, aponta que se os direitos humanos são, de fato, a base material das atuais democracias constitucionais, seu estudo não apenas deveria ser lugar comum nos mais variados níveis educacionais, mas especialmente nos cursos de graduação em direito. Destaca que, entretanto, quadro fático brasileiro está longe de possibilitar que os direitos humanos realmente adquiram o protagonismo acadêmico que deveriam ter. Nesse sentido, após estabelecer a primazia normativa dos direitos humanos nas atuais democracias constitucionais, conferindo-lhes, pois, um lugar pelo menos teórico de destaque, o artigo conecta tal primazia à ideia de educar em direitos humanos para mostrar barreiras

institucionais importantes para que o ensino dos direitos humanos se torne realidade na formação dos bacharéis em direito do país. A conclusão do artigo é que a superação do atual estado de coisas não necessariamente depende da superação de todas as barreiras apontadas, visto que já seria de grande valia e potencializadora de grandes avanços a simples compreensão adequada sobre o protagonismo normativo dos direitos humanos e o consequente dever de educar nessa perspectiva.

O artigo **LEGO SERIOUS PLAY NO ENSINO JURÍDICO INCLUSIVO**, de autoria de Daniela Cristiane Simão Dias , Taciana De Melo Neves Martins Fernandes e Frederico de Andrade Gabrich, destaca que embora o instrucionismo seja reconhecido no Brasil como a principal metodologia de ensino, as inovações tecnológicas proporcionaram o surgimento de um modelo de aluno que exige nova dinâmica de ensino, capaz de engajá-lo e, ainda, respeitar sua individualidade. Pontua que o modelo tradicional de ensino, na figura do professor detentor do conhecimento, não atrai mais o interesse dos alunos. Sob essa premissa, o artigo analisa o método Lego Serious Play, como abordagem pedagógica inclusiva, que pode ser adaptado para o ensino do Direito, a fim de se permitir aos alunos, inclusive os atípicos, o envolvimento ativo no processo de aprendizagem. Assim, tendo como marco as teorias da Modificabilidade Cognitiva Estrutural (MCE) e da Experiência da Aprendizagem Mediada (EAM), de Reuven Feuerstein, o artigo busca estabelecer resposta para o seguinte problema: o Lego Serious Play é um método de ensino adequado para permitir a inclusão e o engajamento dos alunos dos cursos de Direito, em especial aqueles que apresentam necessidades especiais (como é o caso do autismo)?

O artigo **TECNOLOGIAS DISRUPTIVAS E SEUS IMPACTOS NA FORMAÇÃO E HABILIDADES DOS JURISTAS DO FUTURO**, de autoria de Brenda Carolina Mugnol , Ronaldo De Almeida Barretos e Zulmar Antonio Fachin, constitui-se em estudo bibliográfico que examina as habilidades necessárias para os futuros profissionais de direito em relação à evolução das novas tecnologias. O estudo demonstra que o modelo tradicional de formação jurídica está em constante evolução para acompanhar as mudanças tecnológicas, e que novas habilidades precisam ser adquiridas pelos profissionais do direito. Destaca que os modelos tradicionais já não servem mais, e as habilidades anteriormente conhecidas precisam ser acrescidas de novas habilidades, relacionadas a tais mudanças e que novas profissões estão surgindo com a nova relação entre direito e tecnologia, de modo que os prós e contras para os novos juristas se baseiam nas habilidades em se adaptarem a tais mudanças e aos novos conhecimentos e habilidades referentes às tecnologias. Aponta que não há mais retorno e que o futuro encontra-se relacionado ao tecnológico e ao digital, e a matéria de direito digital é a prova disto. Assim, ao analisar a relação do direito com o digital, o artigo se foca em descortinar as habilidades pertinentes aos profissionais do direito e as diretrizes de formação,

ao final relacionando todos os pontos a fim de demonstrar a necessidade de uma formação voltada para tais tecnologias além das já existentes.

O artigo O POTENCIAL DO SEMINÁRIO NO ENSINO DO DIREITO PARA O APRENDIZADO VOLTADO ÀS NOVAS TECNOLOGIAS: O EMBLEMA DE UMA MUDANÇA PARADIGMÁTICA, de autoria de Ênio Stefani Rodrigues Cardoso Cidrão e Mateus Venícius Parente Lopes, destaca o aspecto fundamental do direito para a sociedade, pelo qual esta busca soluções pacíficas e racionais para seus problemas. Ressalta que é possível, no entanto, identificar um modelo tradicionalista de ensino do direito que se baseia na mera reprodução de conhecimento e o fecha para o contexto fático que lhe é objeto e que as novas tecnologias impõem uma urgente mudança a esse paradigma, por acarretarem mudanças profundas às relações sociais. Aponta que a aplicação do seminário, enquanto metodologia ativa de aprendizagem, mostra-se como uma ferramenta de superação das deficiências do ensino jurídico, desenvolvendo uma postura ativa dos estudantes. Assim, o artigo objetiva compreender o papel da aplicação do seminário para o favorecimento do aprendizado relativo às repercussões das novas tecnologias no saber e na aplicação do direito. Observa, ao fim, que as características da mencionada técnica de ensino geram autonomia dos discentes no ensino-aprendizagem e os leva a terem contato com o trabalho de pesquisa, o que é relevante em meio aos desafios relacionados aos avanços técnico-científicos, cuja resposta adequada só pode ser dada por juristas que tenham domínio dos parâmetros estruturais dos princípios de compreensão pertinentes ao exercício do seu mister.

O artigo A IMPORTÂNCIA DA SUBJETIVIDADE NA BUSCA DE UMA EDUCAÇÃO VOLTADA PARA O DESENVOLVIMENTO HUMANO RESPONSÁVEL, de autoria de Ana Morena Sayão Capute Nunes, considerando a necessidade de se examinar a origem da crescente violência vivenciada nas escolas, procura estabelecer uma relação entre a subjetividade do aluno e a formação de uma cultura de responsabilidade vivencial. Apresenta as habilidades que o educador precisa ter para estimular o processo de ensino-aprendizado ao longo da vida acadêmica, de modo que o aluno seja incentivado a participar de modo ativo da busca por conhecimento e passe a se enxergar como sujeito responsável pelas mudanças culturais, sociais e jurídicas do cenário mundial. Em perspectiva dialética, a partir da revisão literária das obras de alguns dos principais teóricos contemporâneos e pensadores da área da educação, como Edgar Morin, Amartya Sen, Martha Nussbaum e Humberto Maturana, os quais fazem uma reflexão aprofundada sobre temas ligados à democracia e às políticas públicas educacionais, pretende-se mostrar a importância do elemento humano na formação de um paradigma de responsabilidade e, conseqüentemente, a indispensabilidade de se trabalhar a emoção na construção dos saberes e das competências indispensáveis ao desenvolvimento do indivíduo e da sociedade.

O artigo CONFLITOS INTRAPESSOAIS E CONSCIÊNCIA INDIVIDUAL NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO ATRAVÉS DE GRUPO FOCAL, de autoria de Adilson Souza Santos, é oriundo de investigação de tese doutoral em educação e tem como objetivo geral demonstrar os resultados obtidos da pesquisa em grupo focal resultante de uma pesquisa sobre mediação escolar e consciência individual no ensino superior. São objetivos específicos: revisar a literatura que trata sobre as relações entre mediação escolar e consciência individual do aluno no ensino superior; e, descrever a técnica de pesquisa em grupo focal na pesquisa científica na escrita de um trabalho científico na educação, a partir do perfil teórico-científico. O artigo é estruturado a partir do seguinte problema de pesquisa: O estado de consciência do aluno pode ser trabalhado pela perspectiva da mediação escolar no ensino superior? Quanto aos resultados, a pesquisa encontrou dados relevantes indicando que a utilização da mediação escolar de forma consubstanciada pode levar o aluno ao estado de consciência na formação superior e ajudá-lo na atuação profissional como egresso.

No terceiro bloco foram apresentados e debatidos os artigos a seguir descritos:

O artigo A CRISE DO ENSINO JURÍDICO NO BRASIL E O SISTEMA EAD: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES, de autoria de Sibila Stahlke Prado, busca analisar a crise do ensino jurídico contemporâneo e como a entrada de cursos de Direito na modalidade Educação a Distância (EAD) pode impactar tal cenário. Parte de uma análise das denominadas habilidades e de sua importância na formação do estudante, e em especial do profissional do Direito. Pondera a respeito da chamada crise do ensino jurídico no Brasil, suas origens e possíveis causas a partir de uma visão crítica. Em seguida, analisa o uso das novas tecnologias da informação aplicadas ao processo educacional, em especial à modalidade EAD e seus possíveis reflexos em relação à crise sistêmica já vivida na formação do jurista brasileiro. Conclui, que, apesar dos inúmeros benefícios trazidos com o processo tecnológico em geral e com o uso dessa nova modalidade, como por exemplo a democratização do ensino e o custo baixo, há ainda uma série de malefícios que podem ser verificados, como por exemplo uma educação deficitária - do ponto de vista inclusive do desenvolvimento das habilidades -, e, ainda, o aumento indiscriminado de cursos. Destaca que há a necessidade de um maior controle quanto a autorização para os cursos, seja na forma presencial ou a distância, de forma a priorizar a qualidade de tais cursos.

O artigo EDUCAÇÃO JURÍDICA: CURRÍCULO, DIRETRIZES CURRICULARES E ATUAÇÃO DOCENTE, de autoria de Flávio Bento e Marcia Hiromi Cavalcanti, foi desenvolvido a partir dos estudos e debates sobre o tema “currículo” e “diretrizes curriculares”, com atenção para a sua contextualização sob o enfoque do Curso de Graduação em Direito. Analisa as diretrizes curriculares nacionais do Curso de Direito e de outros cursos

de graduação, verificando como esses documentos oficiais apresentam a ideia de “currículo”. Toma como referência para comparação especialmente as diretrizes dos cursos de graduação em Direito e em Pedagogia. Considerando a ampla concepção da expressão “currículo” identifica alguns problemas ou questões mais relevantes que envolvem o tema, com base também na experiência dos autores como discentes e docentes, na graduação e na pós-graduação. Ao final, destaca a ideia de que quem confere efetividade ao “currículo” é o professor, daí a relevância em debater as mais variadas questões que envolvem esse assunto tão importante para a atuação docente. Pontual que embora todos os partícipes sejam fundamentais para o sucesso do processo educacional, é o professor que, como regra, pode ir “além” do currículo que lhe é posto, no sentido de maximizar as ações pedagógicas para alcançar os objetivos concretos da educação emancipatória.

O artigo **EDUCAÇÃO E TRABALHO DOS PROFESSORES NAS CONSTITUIÇÕES BRASILEIRAS DE 1834 ATÉ 1967**, de autoria de Franceli Bianquin Grigoletto Papalia e Carina Deolinda Da Silva Lopes, destaca que a educação, direito fundamental social, tem sido objeto de disciplina e normatização de todas as Constituições brasileiras, desde os primeiros diplomas legais do Brasil Colônia. Assim, o objetivo do artigo é descrever como foram abordadas as questões relativas à educação e ao trabalho dos professores em cada Constituição, considerando o contexto no qual a Carta Magna foi elaborada, em seus aspectos históricos, econômicos e sociais. Na análise dos dados, considerou a historicidade e a contextualização, nos textos constitucionais referentes à área da educação, sendo que as categorias “trabalho dos professores” e “educação” foram balizas. Trata-se de estudo, de base histórica, visando a entender como foram abordados a educação nas Constituições brasileiras no período de 1834 até 1967.

O artigo **INTERAÇÕES DE ESTUDANTES DO ENSINO MÉDIO COM CONHECIMENTOS JURÍDICOS RELACIONADOS À JUDICIALIZAÇÃO DE POLÍTICAS PÚBLICAS E PRINCÍPIOS CONSTITUCIONAIS CORRELATOS**, de autoria de Ana Soares Guida e Juliana de Andrade destaca que o conhecimento de direitos e deveres dos cidadãos deve ser assunto abordado no ensino básico (médio) para o exercício da cidadania. Ressalta que a melhor forma de integrar os estudantes a este universo jurídico pode ser através do entendimento dos princípios constitucionais, que resultará em uma sociedade mais justa e igualitária. O principal questionamento abordado foi a judicialização de políticas públicas, com ênfase no pleito de vagas de creches e escolas infantis públicas. A partir da demonstração de princípios constitucionais que garantem este direito a todos através da igualdade de condições para acesso e permanência na escola, e do dever municipal em ofertar a educação em creches e de educação infantil, a pesquisa demonstrou que os alunos do ensino médio analisados compreenderam e discutiram conscientemente os problemas

envolvidos na oferta de vagas para todas as crianças que deveriam ter acesso. Houve o entendimento que, caso seja necessário, as famílias poderão judicializar a lide requerendo deferimento do pedido de disponibilidade da vaga pleiteada. Analisando as respostas dos alunos foi percebido que a maioria dos alunos compreendeu que a questão deveria ser judicializada para se garantir o direito da criança.

O artigo O ITINERÁRIO FORMATIVO “A CIÊNCIA DO DIA A DIA” DO NOVO ENSINO MÉDIO E O ENSINO POR INVESTIGAÇÃO COMO METODOLOGIAS E INSTRUMENTOS PARA A EDUCAÇÃO AMBIENTAL, de autoria de Ana Soares Guida, Juliana de Andrade e Romeu Thomé, tem como objetivo analisar características do novo ensino médio e do itinerário formativo “a ciência do dia a dia” como instrumentos para implementação da educação ambiental tendo como metodologia o ensino por investigação. O artigo descreve algumas características do Novo Ensino Médio na Escola Estadual Professor Moraes no ano de 2022 e as expectativas para o ano de 2023 – com ênfase em dois componentes curriculares: laboratório criativo e ciências aplicadas. Abordou as características gerais da aprendizagem investigativa e do princípio da educação ambiental e por fim chegou ao entendimento de que com a combinação de todos esses elementos será possível promover a construção do conhecimento priorizando o protagonismo e a autonomia dos estudantes com foco no entendimento da necessidade da preservação ambiental e de que é a ciência que nos explica as consequências e os impactos das descobertas e quais são as possibilidades presentes e futuras de transformações sociais que permitirão uma existência harmoniosa com o planeta.

O artigo A INSERÇÃO DA EDUCAÇÃO EM POLÍTICAS DE GÊNERO NAS FACULDADES DE DIREITO: DESAFIOS E POSSIBILIDADES NO ATENDIMENTO AO ARTIGO 2º, §4º DA RESOLUÇÃO 05/2018, de autoria de Elisângela Leite Melo e Gilsilene Passon Picoretti Francischetto, busca identificar de que forma seria possível o atendimento ao artigo 2º, §4º, da Resolução 05/2018, quanto ao tratamento transversal da educação em políticas de gênero nas faculdades de Direito. Destacando que, diante da constatação preliminar de que mesmo diante de garantias legais e constitucionais que prometiam igualdade de direitos entre homens e mulheres, e ainda após as mulheres serem maioria nas faculdades de Direito, ainda lhes são negadas as condições necessárias para disputar espaços de poder, com salários menores que dos homens, procura analisar de que forma o sistema patriarcal contribuiu para a invisibilidade das mulheres, notadamente através do processo de aprendizagem. Examina as formas de tratamento transversal da educação e suas características. Concluiu que somente através da adoção de uma política emancipatória e de reconhecimento de direitos das mulheres, como a capacitação de professores para que adotem a perspectiva de gênero na interpretação do direito; a fixação de cotas para mulheres

no preenchimento de cargos e de autoras na bibliografia adotada; a criação de ouvidorias internas capacitadas para que casos envolvendo violação dos direitos das mulheres no âmbito acadêmico sejam tratados de forma adequada; além de prazos diferenciados de avaliações para alunas grávidas ou que tenham filhos, em especial no período da licença maternidade, é que será possível dar corpo às novas diretrizes acadêmicas com a formação de sujeitos comprometidos com sua responsabilidade na redução da desigualdade de gênero.

Após mais de três horas de apresentações e debates profícuos, foram encerrados os trabalhos do grupo, com congratulações recíprocas.

Carlos André Birnfeld

Universidade Federal do Rio Grande - FURG

Felipe Chiarello de Souza Pinto

Universidade Presbiteriana Mackenzie - UPM

Horácio Wanderlei Rodrigues

Associação Brasileira de Ensino do Direito - ABEDi

Samyra Haydêe Dal Farra Napolini

Centro Universitário das Faculdades Metropolitanas Unidas - FMU e

Centro Universitário Eurípedes de Marília - UNIVEM

CONFLITOS INTRAPESSOAIS E CONSCIÊNCIA INDIVIDUAL NO ENSINO SUPERIOR: UM ESTUDO ATRAVÉS DE GRUPO FOCAL

INTRAPERSONAL CONFLICTS AND INDIVIDUAL AWARENESS IN HIGHER EDUCATION: A FOCUS GROUP STUDY

Adilson Souza Santos ¹

Resumo

O presente estudo é oriundo de investigação de tese doutoral em educação e tem como objetivo geral demonstrar os resultados obtidos da pesquisa em grupo focal resultante de uma pesquisa sobre mediação escolar e consciência individual no ensino superior. Quanto aos objetivos específicos, busca-se: Revisar a literatura que trata sobre as relações entre mediação escolar e consciência individual do aluno no ensino superior; e, descrever a técnica de pesquisa em grupo focal na pesquisa científica na escrita de um trabalho científico na educação, a partir do perfil teórico-científico. Assim, a partir do problema de pesquisa estruturou-se o presente artigo: O estado de consciência do aluno pode ser trabalhado pela perspectiva da mediação escolar no ensino superior? Reflete sua relevância científica em razão de se investigar o campo de atuação da docência e sua efetividade na relação discente - ensino aprendizagem, na qual os educadores se deparam cotidianamente ao trabalhar com alunos e não sentem/perceberem plenamente os avanços no resultado do rendimento acadêmico dos alunos. No que se refere à metodologia utilizada na realização da pesquisa, trata-se de um estudo do tipo revisão bibliográfica, com a técnica de pesquisa explicativa-descritiva e estratégia qualitativa. Quanto aos resultados, a pesquisa encontrou dados relevantes indicando que a utilização da mediação escolar de forma consubstanciada pode levar o aluno ao estado de consciência na formação superior e ajudá-lo na atuação profissional como egresso.

Palavras-chave: Conflitos intrapessoais, Consciência individual, Grupo focal

Abstract/Resumen/Résumé

The present study comes from an investigation of a doctoral thesis in education and has as its general objective to demonstrate the results obtained from the focus group research resulting from a survey on school mediation and individual conscience in higher education. The specific objectives are: to review the literature that deals with the relations between school mediation and the student's individual conscience in higher education; and, to describe the focus group research technique in scientific research in the writing of a scientific paper in education, based on the scientific-theoretical profile. Thus, from the research problem the present article was structured: Can the student's state of consciousness be worked by the

¹ Doutorando em Direito-UNESA. Doutorando em Educação-UNINI/México. Mestre em Direitos Humanos, Cidadania e Violência-UNIEURO. Bacharel em Direito-UNIEURO. Professor do Curso de Direito-UNIDESC. adilsants@gmail.com.

perspective of school mediation in higher education? Its scientific relevance is reflected in the fact that it investigates the field of teaching and its effectiveness in the student-teaching-learning relationship, which educators face daily when they work with students and do not fully feel/perceive the advances in the students' academic performance. As for the methodology used to carry out the research, this is a literature review study, with an explanatory-descriptive research technique and a qualitative strategy. As for the results, the research found relevant data indicating that the use of school mediation used in a consubstantiated way can lead the student to the state of consciousness in higher education and help him/her in the professional performance as an egress.

Keywords/Palabras-claves/Mots-clés: Intrapersonal conflicts, Individual awareness,, Focus group

1 Introdução

A identificação dos conteúdos que o aluno irá desenvolver durante determinado curso superior perpassa pelas experiências anteriores, sensações vividas ou, ainda, por viver, interpretações do mundo interno e externo, contextualização do mundo didático, dentre outros, os quais se complementam, justamente para a produção da matéria abordada a partir de uma reflexão direcionada para o campo da profissão a que ocupará quando o discente estiver formado.

Nesse sentido, se o sujeito passar ou estiver em conflito consigo mesmo, raramente conseguirá desenvolver um pensamento crítico adequado, para o aprimoramento de suas competências e habilidades, diante da formação e sua implicação na prática profissional posterior.

É importante que o docente entenda esse processo, bem como o próprio aluno esteja consciente dos caminhos a serem traçados e executados, com vistas a encontrar uma boa formação acadêmica. Vê-se que esse caráter atitudinal leva o sujeito em formação a refletir sobre o seu mundo interior e congraçá-lo consigo mesmo. É o que se aborda na perspectiva intrapessoal do sujeito. Para tanto, com essas direções, caminha-se nos aspectos mais relevantes internos, de seus problemas, suas visões e contexto em que vive. Essa abordagem encontra no seu ser uma forma de concatenar o(s) ponto(s) que funciona(m) como gatilhos, prontos a dispararem os sentidos para o aprendizado e realizá-lo como sujeito autônomo.

Para entender esse processo, a investigação oriunda de tese doutoral buscou desenvolver um grupo focal com coordenadores de curso e assim entender como se dá o processo de transformação do sujeito durante um curso superior.

A pesquisa ocorreu em um Centro Universitário privado, onde antes de iniciar a pesquisa de campo, o projeto de pesquisa foi submetido ao Conselho de Ética e Pesquisa, como protocolo obrigatório, após a aprovação do Projeto de Tese, submetido à Plataforma Brasil, constante no Conselho Nacional de Saúde, onde todos os protocolos de pesquisa envolvendo seres humanos estão sujeitos à aprovação no Sistema do Conselho de Ética e Pesquisa/CONEP, justamente para o acompanhamento desde sua submissão até a aprovação final pelo CEP - Comitê de Ética em Pesquisa. Após parecer favorável do Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos das Faculdades Integradas Promove de Brasília, conforme preconiza a Resolução 196/96 e normativas correlatas do Conselho Nacional de Saúde, bem como da LGPD, iniciou-se a coleta de dados e análise.¹

¹ Em conformidade com as Resoluções n.º 196/96, 466/2012 e 510/2016 do Conselho Nacional de Saúde; da Lei 13.709/2018; e com a Carta n.º 001/2021 do CONEP.

O projeto de tese foi aprovado pelo Comitê de Ética em Pesquisa do Centro Universitário ICESP de Brasília, sob o número do protocolo 5.280.850.

2 Metodologia

Sabe-se que toda e qualquer pesquisa necessita seguir um método e procedimentos para se atingir um determinado resultado, em qualquer campo do conhecimento vinculado a uma determinada ciência. No caso da pesquisa em comento, seguiu-se dentro desta perspectiva, eis que a mediação de conflitos intrapessoais aplicados na formação acadêmica e o estado de consciência se inserem no campo da educação.

2.1 Desenho da pesquisa

O desenho da investigação se deu com uma pesquisa bibliográfica e a utilização de grupo focal com coordenadores de curso para entender como se dá o processo de transformação do sujeito durante um curso superior, no que se refere à mediação escolar e consciência individual no ensino superior.

Busca-se a noção pretendida ao procurar informações em livros, artigos e demais trabalhos científicos (Severino, 2007, p.70) e explicativa que segundo Silva e Menezes (2005, p.21): “visa identificar os fatores que determinam ou contribuem para a ocorrência dos fenômenos, aprofunda o conhecimento da realidade porque explica a razão, o “porquê” das coisas.”. Ademais, com o grupo focal com base nos caminhos indicados por Bernadete Gatti (2005).

Em relação aos objetivos, trata-se de uma pesquisa descritiva-exploratória visando descrever características de determinado fenômeno, segundo Silva e Menezes (2005, p.21), buscando o aprimoramento de ideias. A pesquisa de campo é uma estratégia de pesquisa que compreende uma forma que abrange as abordagens específicas de coletas e análise de dados. Nesse sentido, caracteriza-se como qualitativo-descritiva. Neste aspecto trata Marconi e Lakatos (2003, p.269).

2.2 Estratégias de pesquisa

Utilizou-se a coleta de dados para atingir os objetivos propostos, com relação à mediação escolar e os conflitos intrapessoais no exercício da docência no curso superior em um Centro Universitário. Para tanto, baseia-se na orientação de Andrade (2010, p.137) que leciona sobre a coleta de dados mencionando o seguinte:

Para a coleta de dados deve-se elaborar um plano que especifique os pontos de pesquisa e os critérios para a seleção dos possíveis entrevistados e dos informantes que irão responder aos questionários ou formulários. A coleta de dados constitui uma

etapa importantíssima da pesquisa de campo, mas não deve ser confundida com a pesquisa propriamente dita. Os dados coletados serão posteriormente analisados, interpretados e representados graficamente. Depois, será feita a discussão dos resultados da pesquisa, com base na análise e interpretação dos dados. (Andrade, 2010, p. 137).

A função do grupo focal tem o objetivo de recolher informações de forma rápida e consubstanciada em pouco tempo, eis que proporcionou ao pesquisador obter um retrato mais fiel da Instituição de Ensino Superior pesquisada.

2.3 Critérios de seleção

Para tanto, buscou-se através da metodologia aplicada aos grupos focais o caminho para desvendar o problema de pesquisa ora aventado. A pesquisa se deu com professores coordenadores de curso e ocorreu na primeira quinzena de março de 2022.

O Centro Universitário conta com 18(dezoito) cursos e 12(doze) coordenadores de curso. A pesquisa se deu com estes e com a Pró-Reitora da Instituição de Ensino Superior ora mencionada, os quais foram contatados para a participação na pesquisa de forma voluntária e após aceitação e preenchimento do TCLE.² Por outro lado, excluiu-se os professores regentes em razão de se buscar a visão e perspectiva do corpo dirigente sobre o objeto da pesquisa.

2.4 Extração dos dados

O desenvolvimento do grupo focal digital se deu com o registro das discussões gravado no *Google Meet* e feitas anotações do conteúdo temático abordado, bem como os comportamentos não verbais (expressões faciais, gestos etc.). Logo após se resumiu as informações, as impressões e as implicações das informações para o estudo.

Após a sessão foram reunidas as anotações do trabalho, os sumários e outros dados relevantes para análise das tendências e dos padrões de respostas.

2.5 Análise de dados

A análise dos dados obtidos no grupo focal se deu em conformidade com as ideias de Bernadete Gatti (2005, pp.54-55). Dessa forma, buscou-se apreender opiniões sólidas e com frequência das expressões dos participantes, no que se refere à consciência individual, aos conflitos intrapessoais, à formação acadêmica, ao egresso e à região pesquisada, por fim, as ligações entre as elas inscritas sob o aspecto da influência da carreira profissional.

² O Termo de Compromisso Livre e Esclarecido é o documento que assegura ao participante respondente da pesquisa a tomar a decisão de participar ou não da pesquisa, ao ficar livre para manifestar de forma voluntária, clara e concordante da investigação. Por outro lado, é a proteção legal, moral e ética do pesquisador, no que se refere à pesquisa ora aventada. O TCLE tem o fim de registrar a manifestação livre, esclarecida, informada, inequívoca e voluntária, pela qual o respondente concorda com o tratamento de seus dados pessoais para finalidade específica, contida no protocolo da pesquisa ora mencionada, nas Resoluções 466/12 e 510/16, e em conformidade com a Lei nº 13.709/2018 – Lei Geral de Proteção de Dados Pessoais - LGPD.

Foram feitas transcrições para identificar os sentidos das perguntas e respostas a partir da descrição da discussão. Analisou-se as palavras, o contexto, a concordância interna, a precisão das respostas, as ideias preponderantes, para a confecção do relatório.

Após inserção das transcrições no *software IRAMUTEQ (Interface de R pour les Analyses Multidimensionnelles de Textes et de Questionnaires)*, desenvolvido por Pierre Ratinaud (2009), analisou-se os dados obtidos na amostra, obteve-se os gráficos e resultados das ligações e correlações estabelecidas no texto das falas e do contexto pesquisado na presente investigação.

3 Resultados

A mediação tem seu lugar nos variados caminhos da vida. É possível que o processo mediacional, mesmo que de forma primitiva, esteja entre os humanos desde os primeiros momentos das práticas constituídas pela atribuição de valores e crenças construídas pelos sujeitos. Adota-se neste tópico caminhos para aprofundar a abordagem às primeiras escolas da mediação, como forma de solução de conflitos humanos até se chegar à mediação escolar.

Nesse sentido, caminhar-se-á em apresentar suas definições sem necessariamente descrever minuciosa e exaustivamente as vertentes doutrinárias que deram origem ao seu conceito.

Convém ainda anotar que o mediador é um facilitador que não interfere nas decisões. Nessa quadra, tem-se a Escola de Harvard, também conhecida como mediação tradicional, clássica ou linear. Surgiu com o objetivo de desenvolver a mediação como um desdobramento da negociação, a partir dos princípios relacionados à satisfação dos interesses envolvidos. Busca-se com ela o restabelecimento da comunicação e a interação entre as partes. Neste caso, é importante conhecer os interesses envolvidos nas posições e, assim, encontrar soluções adequadas para a solução do conflito (Bacellar, 2012, p. 108).

Esta escola tratou dos conflitos, como forma de solução, a ideia de focar nos interesses e deixar como segundo plano as posições. Portanto, baseia-se em quatro princípios informadores, como anota Ury Fischer e Patton (2014, p. 35-57):

a) Separação das pessoas dos problemas. Neste caminho, o facilitador deve se colocar no lugar dos envolvidos nos conflitos. Colocar-se na pessoa do outro, sabendo que na interação ocorrida entre sujeitos há emoções, valores já decantados e vários pontos de vista envolvidos na relação entabulada.

Neste sentido, deduzir as intenções do outro nada mais é do que construir para o outro a intenção realçada apenas por uma das partes, sem conhecer os desejos e sentimentos do outro.

Ainda, quando se estabelece a relação entre o facilitador e as partes é que esta relação tende a ser confundida com as substâncias dos problemas. Saber separar as pessoas dos problemas é fundamental para que haja uma solução adequada para cada caso.

É importante tratar problemas com as respectivas ferramentas mais adequadas para cada situação. Problemas psicológicos devem ser resolvidos com as técnicas psicológicas. Problemas pessoais, utilizar o raciocínio de três categorias básicas: percepção, emoção e comunicação. Na percepção compreende-se o pensamento da outra parte, a partir da realidade objetiva da mente de cada um. Na emoção saber lidar com raiva, frustração, tristeza, alegria, pode ser mais vantajoso para que o controle seja obtido entre as partes envolvidas. Por último, na comunicação, tem-se a utilização do processo bilateral, onde emissor e destinatário chegam a uma decisão conjunta. Nesta, deve se fazer uso da comunicação clara e objetiva, com o fito de evitar os ruídos, que sempre prejudicam o melhor caminho para o entendimento das coisas.

b) Concentração nos interesses e não nas posições. Aqui tem-se o objetivo de encontrar os verdadeiros interesses em jogo na situação. Saber ponderar os interesses envolvidos e conjugá-los de acordo com as necessidades básicas para se elaborar uma solução. Aqui tem-se a conciliação dos interesses, ao invés de concentrar-se nas posições de cada um.

c) Invenção de opções de ganho mútuo. Quando se trata deste tópico, tem-se a elaboração de soluções criativas que comportem a separação do ato de inventar opções daquelas que se referem ao julgamento propriamente dito. Além disso, abrir o leque de opções de soluções disponíveis encontra guarida no realce dos ganhos mútuos, pois quanto mais aberto o campo de visão, melhores soluções e mais consensualidades terão os resultados. Com isso, quando o facilitador tem visão limitada, isso o leva a pensar em soluções particularizadas, partidárias e conseqüentemente a soluções tendenciosas.

d) Insistência nos critérios objetivos. A utilização de critérios objetivos encontra ponto no campo da aceitação de argumentos e contra-argumentos que poderiam ser aplicados às partes envolvidas. Nesse sentido, ceder às vontades dos sujeitos pode ser problemático, sob o ponto de vista do emprego da negociação. Quando se dá vazão às vontades o facilitador cede às pressões, esquece-se dos critérios objetivos e dos princípios, eis que a utilização destes últimos adota padrões justos e tomam como base para os acordos caminhos mais apropriados.

O foco desta escola opta como forma de solução de conflitos o acordo entre as partes a partir de um processo linear, com o fito de restabelecer a comunicação entre os sujeitos envolvidos.

Há uma crítica a esta escola por não focar nos sentimentos dos sujeitos e de suas relações. Ou seja, quando se há um conflito, há também todo o contexto que envolve as partes

e isso não é observado nesta escola, eis que o principal objetivo é identificar o problema e estabelecer o acordo possível.

A segunda Escola é inscrita na Mediação Circular-Narrativa. Esta foi vislumbrada por Sara Cobb (2013). Esta escola trata dos conflitos a partir das narrativas. Foca-se nas pessoas, com suas histórias, relações sociais de pertinência, bem como nos conflitos, no que se refere àquilo que está localizado e inter-relacionado com os sujeitos envolvidos. (Bacellar, 2012, p. 108). Observa-se, a partir de uma visão sistêmica, na qual o processo de comunicação torna-se o principal mecanismo de configuração e reconfiguração dos significados envolvidos, ao levar os sujeitos envolvidos no conflito ao processo de mudança da história individual para a narrativa compartilhada, empoderada e da reconstrução do relacionamento (Schabbel, 2016, p. 47).

Por tratar o conflito dentro da perspectiva sistêmica, vê-se que essa vertente se preocupa tanto com as relações estabelecidas quanto no acordo. Não se pode pensar de forma isolada, pois a construção da solução requer que as partes estejam conscientes da questão e entendam-na como um problema compartilhado a ser enfrentado e não o embate pessoal entre os sujeitos. (Vasconcelos, 2017).

A terceira escola é nominada por Mediação transformativa. Baseia suas construções no modelo de Bush e Folger (2005). Segundo Bacellar (2012, p. 108):

Objetiva transformar a postura adversarial nas relações, pela identificação das necessidades das pessoas e suas capacidades de decisão e escolha para uma postura colaborativa, refazendo seus vínculos, e a partir daí naturalmente, como consequência, poderá ou não resultar em um acordo.

É um meio de solução de conflitos baseado na mediação facilitativa, na terapia sistêmica de família e nos elementos do paradigma da ciência contemporânea, nestes encontram a intersubjetividade, instabilidade das relações e complexidade das relações entre os sujeitos, conforme anota Carlos Vasconcelos (2017, p. 200).

André Gomma Azevedo (2016) e Nunes (2016) informam que o processo transformativo busca modificar as relações entre as partes envolvidas através do empoderamento e da capacitação das partes.

Silvana Rodrigues (2017) dentro deste modelo inclui duas dimensões: uma relacionada ao reconhecimento do coprotagonismo do outro e a outra ligada à autonomia, autossegurança e autoconhecimento. Nestas os próprios sujeitos através de um processo circular de interação buscam entender seus conflitos conscientemente e, a partir daí, estabelecer um diálogo colaborativo, como trata Rosenberg (2003), através da comunicação não-violenta, consequentemente resolvendo o problema relacional que tanto diminui o quesito do autoconhecimento individual dos sujeitos.

Portanto, neste modelo, o empoderamento, o autoconhecimento, o diálogo colaborativo, a empatia, a autonomia, a autosssegurança funcionam como mecanismos de transformação dos sujeitos, para saírem do papel de vítimas e passem a assumir o papel de protagonistas de suas decisões, cujos sentidos estão na sensibilização e compreensão de papéis e atitudes, como sujeito capaz de enfrentar os problemas que surgem ao longo da vida.

O quarto modelo é chamado de Mediação Avaliadora ou Avaliativa. Foi desenvolvida nos Estados Unidos por se assemelhar ao procedimento processual judicial conduzido por terceiros. Segundo Bacellar (2012, p. 108):

É aquela em que o mediador, depois de seguir todas as etapas, sem intervir no mérito do conflito, procurando soluções oriundas das propostas dos próprios interessados e na impossibilidade de alcançá-las, oferece, ao final, sua opinião sobre o caso com o objetivo de facilitar o acordo.

Aqui importa mencionar que requer do mediador uma certa análise mais acurada sobre os pontos objetivos do conflito e após isso apresente ou indique soluções para que as partes envolvidas nos conflitos escolham a que melhor solução que interessem as partes.

Há uma crítica a esse modelo, no que se refere ao campo da subjetividade a ser adotado pelo mediador, eis que entrega a ele o campo da decisão, onde há limitação ou ampliação do pensar em possibilidades de solução. Soma-se a isso, o arcabouço vivencial do facilitador, pois este necessita de um controle adequado sobre o tamanho do dissenso apresentado pelas partes. Este tipo de mediação pode se restringir a um ponto específico ou ter amplitude sobre o tamanho do conflito (Riskin, L, 1997, p. 41-46).

A mediação escolar geralmente é utilizada para tratar casos de conflitos interpessoais dentro das instituições de ensino, justamente para equacionar problemas relacionados ou decorrentes do convívio entre alunos e alunos, bem como alunos e professores, cujo resultado se volta para encontrar soluções mais producentes para as partes.

Para a presente pesquisa buscou-se encontrar dados que se voltem para a realização da mediação escolar para tratar situações que envolvam o campo intrapessoal do sujeito, tendo o professor no papel de mediador entre o conhecimento e o aluno, este imbuído de seus problemas e dificuldades encontradas na formação acadêmica, necessitando resolvê-los e seguir com tranquilidade durante o curso até a formação acadêmica e adentrar no campo profissional consciente de suas habilidades e competências.

Segue-se, com isso, uma discussão sobre a consciência individual do sujeito com vistas a esclarecer pontos incutidos neste caminho ligado à aprendizagem, concatenando-o aos conflitos intrapessoais, pois um é dependente do outro.

O papel da consciência tem relevância na formação do aluno sob a perspectiva dos campos dialógicos do aprendizado, da responsabilidade, da autonomia, da maturidade e do respeito às várias fases que compõem a construção do conhecimento.

Assim, quando se volta para o pensamento e conceito do termo consciência, tem-se as visões incutidas e debatidas na Filosofia, Psicologia, Psicanálise, Neurociência, Direito, dentre outras. Convém aqui considerar os pontos relativos ao estado desperto dos discentes no que se refere ao processo de formação com vistas ao caminho profissional, após aquele.

Segundo o Dicionário Michaelis (2021), a palavra consciência tem origem no termo latim *conscientia*, significando conhecimento, faculdade de fazer juízos de valor sobre os próprios atos.

Tem-se no significado a capacidade de discernir ou julgar determinada situação ou contexto, de acordo com a percepção da realidade particular do entorno vivenciado pelo sujeito, ante as suas concepções e valores adquiridos.

Na visão de Marc e Picard, saber diferenciar entre o bem e o mal são tarefas que dependem necessariamente da vivência e do apoio de outros sujeitos num processo de interação social, mas primeiramente dependente do querer individual dos sujeitos envolvidos nas relações sociais de determinados processos organizacionais da vida, nesta inclui o estado de consciência expresso no resultado das ações obtidas na relação de invenção e troca, através da comunicação. (Marc, E. y Picard, D. 1989).

Vislumbra-se, ainda, a percepção do sujeito desde o ponto de vista da moral e da ética, apesar de conceitos de difícil apreensão e precisão, eis que autores como Friedrich Nietzsche (2013, p.17), este indicou que o homem detém o conhecimento, mas não conhece a si mesmo. Nesse passo inclina-se a provocação da moral voltada ao ressentimento, onde os valores se dirigem para fora dos sujeitos, em vez de se voltar para dentro de si.

Ainda, para Freud (2011), contemporâneo de Nietzsche, os limites traçados por estes valores se consubstanciam na experiência individual tida na intuição imediata, mas que não se liga a qualquer outro fato, apesar de na visão coletiva todos entenderem do que se trata. Essas ações traduzidas do individual para o coletivo podem ser analisadas a partir dos fenômenos sociais, das repressões dos impulsos instintivos inconscientes, indo frontalmente contra os aspectos ligados ao narcisismo, o que em grande parte das vezes levam os aspectos intrapessoais influenciarem na formação acadêmica dos sujeitos.

Numa perspectiva traduzida na formação da moral e da ética, Yves de La Taille (2009) insere uma discussão sobre as características da sociedade atual, contrapondo com os aspectos educacionais que são necessários para uma mudança ético-moral. Para ele, se a cultura do tédio

influencia a cultura do sentido, não há expectativa para se mudar o futuro, pois isso só é possível quando a cultura do sentido incute a formação moral para a autonomia.

Nesse estado de consciência, caminha-se no desenvolvimento das habilidades e competências inculcadas nas aptidões exclusivas de cada um dos sujeitos no que diz respeito ao esclarecimento de fenômenos complexos relacionados ao futuro da carreira profissional.

A respeito da realidade a qual está ínsita à sociedade na perspectiva atual, Bauman (1998) expressa que a sociedade contemporânea exige dos sujeitos assumirem a vida como ela se apresenta, em um processo de evolução voltado para estágios cada vez mais diferentes dos outros. Nesse sentido, o propósito da educação e da formação está em preparar o discente para a dinâmica das situações, levando cada vez mais a refletir sobre si e a permitir uma abertura aos sentidos e não o levar a oclusão mental.

Com isso, a consciência individual é um mecanismo construído no próprio sujeito a partir de sua personalidade, de suas crenças, de sua educação e formação, da visão de cultura, do meio circundante, dentre outros valores.

Sobre isso, Émile Durkheim (2013) desenvolveu um pensamento baseado nos fatos sociais distinguindo o individual do coletivo, a partir das consciências individuais. Neste ponto, convém dizer que a ação social contém a ação individual, justamente por conta da interação dos sujeitos uns com os outros.

O ponto a ser pesquisado encontra-se justamente na posição desta consciência individual, obtida a partir dos valores já construídos no conhecimento dos estudantes, através da utilização da mediação de seus professores, onde essa tarefa pode influenciar os sujeitos positivamente para a carreira profissional.

Ao desenvolver a pesquisa com grupo focal digital, esclarece-se que: em razão de em 2020 surgir a pandemia do Novo Corona vírus, em relação às medidas de contingenciamento das pessoas em seus ambientes, foi empreendida uma pesquisa qualitativa digital. Para tanto, foram coletadas informações sobre o comportamento dos alunos, por meio da técnica de grupo focal digital. Com isso, utilizou-se como plataforma o software *Google Meet*, para o recolhimento das informações e dados necessários para encontrar as respostas que se voltem ao problema de pesquisa. Para a análise dos dados utilizou-se o Software Iramuteq, a partir de uma análise baseada na Classificação Hierárquica Descendente (CHD) ou também conhecido por Método de Reinert. Ela agrupa textos parecidos, criando novas "seções", de acordo com o viés que está estruturado no trabalho de pesquisa.

Após a sessão, o pesquisador reuniu as anotações do trabalho desenvolvido, os sumários e outros dados relevantes para análise das tendências e dos padrões de respostas. Em momento

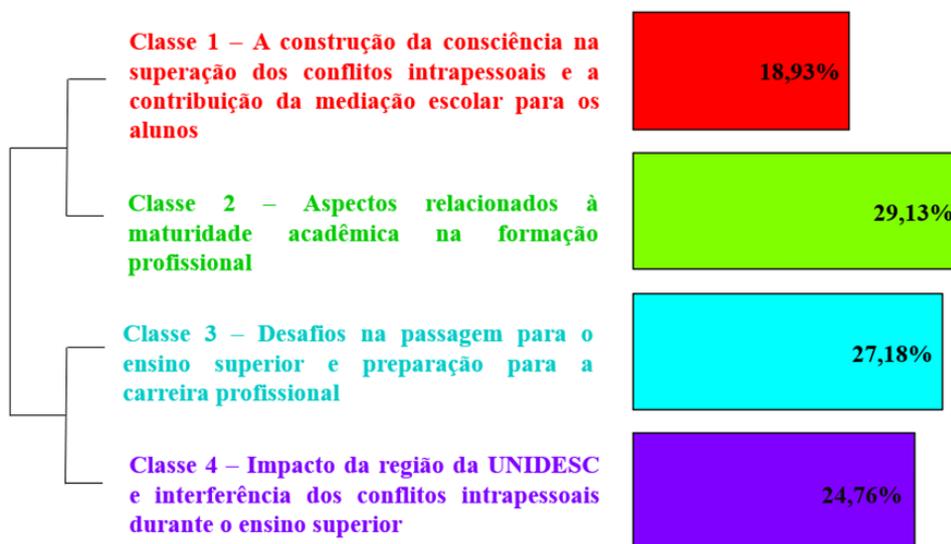
posterior foram realizadas as transcrições das falas, para identificar os sentidos das perguntas e respostas a partir da descrição da discussão. Com isso, foram analisadas as palavras, contexto, concordância interna, precisão das respostas, as ideias preponderantes, para a confecção do relatório.

Segue-se, portanto, doravante, a análise e o resultado da inserção dos dados e os gráficos da pesquisa obtida com o grupo focal digital, nas reuniões que se deram em ambiente virtual, tanto para coordenadores dos professores e representantes dos alunos na IES pesquisada.

3.1 Classificação Hierárquica Descendente

O *corpus* geral foi constituído pelo material coletado no grupo focal com professores e coordenadores, separados em 231 segmentos de texto (ST), com aproveitamento de 206 STs (89,18%). Emergiram 8.126 ocorrências (palavras, formas ou vocábulos), sendo 1.540 palavras distintas e 831 com uma única ocorrência. O conteúdo analisado foi categorizado em quatro classes: Classe 1, “*A construção da consciência na superação dos conflitos intrapessoais e a contribuição da mediação escolar para os alunos*”, com 39 ST (18,93%); Classe 2, “*Aspectos relacionados à maturidade acadêmica na formação profissional*”, com 60 ST (29,13%); Classe 3, “*Desafios na passagem para o ensino superior e preparação para a carreira profissional*”, com 56 ST (27,18%); e Classe 4, “*Impacto da região do UNIDESC e interferência dos conflitos intrapessoais durante o ensino superior*”, com 51 ST (24,76%) (ver Figura 1).

Figura 1: Dendrograma da Classificação Hierárquica Descendente



Fonte: Santos, Adilson Santos (2023).

a) Classe 1 – A construção da consciência na superação dos conflitos intrapessoais e a contribuição da mediação escolar para os alunos

Compreende 18,93 % ($f = 39$ ST) do *corpus* total analisado.

A classe 1 retrata a percepção dos professores em relação à consciência que o aluno tem da superação dos seus conflitos para sua formação acadêmica ao longo do curso. Nesta classe são representados os discursos dos professores participantes que acreditam que o tempo de curso e a maturidade das diferentes turmas auxiliam os alunos na conscientização sobre a importância da superação de seus problemas para a construção da sua carreira profissional. Por outro lado, também acreditam que uma pequena parte desses alunos acaba finalizando o curso sem adquirir a maturidade necessária à superação desses conflitos. Ressaltam a importância de trabalhar a inteligência emocional para saber lidar e superar os conflitos, reforçando que muitos alunos não desenvolveram essa habilidade.

Expressam, nesse contexto, a importância da mediação escolar por parte de todos os segmentos da instituição em relação aos alunos que apresentam esses conflitos, contribuindo na escuta e preparação destes para a resolução dos problemas apresentados. Abordam nesta classe, por fim, que a missão da instituição é a formação acadêmica e crítica dos estudantes para mudar sua realidade e a da comunidade onde estão inseridos.

“Essa questão da consciência deles, da formação acadêmica poder contribuir para esses conflitos, é uma questão que com o tempo isso pode vir a consolidar, mas que se for comparar turmas de calouros e iniciantes com turmas que já estão em andamento e final de curso, ou principalmente egressos recentes, isso muda bastante [...] ele começa a tomar para si essa questão da consciência da formação acadêmica dele, é muito importante na colocação no mercado de trabalho, na superação de conflitos e em “n” outras situações.” (Grupo Focal 1 – Participante X).

“Eu percebo que essa maturidade, essa consciência, ela vai sendo construída ao longo do curso, mas a gente percebe que tem alguns casos isolados que não consegue essa consciência, ele forma e conclui, mas ele não consegue chegar essa consciência aqui não, e continua com os conflitos.” (Grupo Focal 1 – Participante X).

“Ele faz aquele curso ali, só por fazer, não são todos, mas eu observo muito, aqueles que querem ter [...] a inteligência emocional é trabalhada, que não tem muito isso, ele tem maior facilidade de lidar com essas questões. Ele não se preocupa tanto com esse olhar do outro, o que a sociedade vai pensar. [...] Porque quando você trabalha essa questão da inteligência emocional, você tem essa questão intrapessoal resolvida, você sabe quais são os seus desejos, você consegue mediar conflitos, mas quando você não tem, você não consegue fazer isso, aí a cabeça acaba virando um furacão, porque você não consegue lidar com essa situação.” (Grupo Focal 1 – Participante X).

“A escola tem um papel muito importante na vida do aluno, muitas vezes é aqui o espaço para ele é de escuta. É o espaço que ele tem de uma pessoa com mais maturidade, para chegar para ele e mostrar para ele os caminhos, ouvi-lo. Eu acho que é o maior problema de todos, não são ouvidos. Então a mediação escolar ela precisa existir, e ela faz total diferença na vida do aluno.” (Grupo Focal 1 – Participante X).

“Isso é de tão grande relevância, o papel que a gente desenvolve aqui na instituição, os professores, o papel da instituição na região. Isso que eu acho, que é a missão, que a gente encontra com a missão da gente, formar as pessoas para que consigam adquirir conhecimentos, serem críticos, que mudem sua realidade, que mude a realidade da comunidade onde ele está inserido. Então é nosso papel, e a gente vem cumprindo muito bem esse papel, falando ao longo desses anos. A gente quando visita a região toda, a gente percebe que nós temos egressos atuantes aqui em todas as áreas.” (Grupo Focal 1 – Participante X).

b) Classe 2 – Aspectos relacionados à maturidade acadêmica na formação profissional

Compreende 29,13% ($f = 60$ ST) do *corpus* total analisado.

Esta classe dispõe sobre a imaturidade dos alunos no primeiro contato com o curso e questões relacionadas à aquisição dessa maturidade para superação dos conflitos. Em relação ao início dessa trajetória no curso, os professores afirmam que os alunos buscam responsabilizar o professor por decisões em relação à formação que só cabem a eles, como a escolha certa do curso e o engajamento nas atividades. Expõem que há uma certa imaturidade quanto à decisão ou desistência de um curso específico, tomada em razão do “*status*” e salário que a profissão proporciona.

Por outro lado, revelam em seus discursos que o desenvolvimento de uma maior maturidade vai ocorrendo ao longo dos semestres, especialmente do meio para o final do curso, no contato com outros colegas, professores e atividades que demandam maior responsabilidade e uma mudança de postura, como o início dos estágios, atividades de TCC, entre outras. No mesmo sentido, relatam que os estudantes vão se encontrando no curso à medida que entram em contato com as muitas possibilidades de atuação dentro da sua profissão, e reconhecem as oportunidades e conquistas já alcançadas na sua formação e mercado de trabalho.

“O que eu percebo é que eles meio que esperam de nós tudo mais pronto e mastigado, e até o convencimento de que eles estão no curso certo. A partir daquilo que a gente fala ou que a gente orienta para que eles se sintam mais engajados, nossa!” (Grupo Focal 1 – Participante X).

“Eu percebo muito isso, eu tenho alunos da pedagogia que desistem do curso porque professora não dá *status*, “eu não vou ganhar muito”, e ouvem muito da própria sociedade essa discriminação que se tem em relação ao professor, ao salário do professor, isso não os instiga continuar naquele curso.” (Grupo Focal 1 – Participante X).

“Nós observamos isso também, gradativamente esse amadurecimento a cada semestre, e logo eles começam a observar esses pontos de referência junto às próprias turmas ou junto aos próprios professores. Se for contar até o 5º semestre, mas quando chega aos TCCs no 10º semestre, há um grande número de alunos que o procuram (professor) para orientação, justamente por essa base que veio lá do primeiro semestre e foi gradativamente sendo construída a cada semestre.” (Grupo Focal 1 – Participante X).

“Realmente no primeiro momento, até o aluno começar a ter essa consciência ali no 5º semestre ou 6º semestre, que eles começam definitivamente, que eles começam entrar no 7º, que é o semestre no estágio supervisionado, que ele começa a se identificar, mas antes disso, nós sabemos que eles muito agregam no NPJ, sendo voluntários, acompanhando os professores [...] então a gente observa, observamos que a partir desses momentos, esses paradigmas começam a ser extintos.” (Grupo Focal 1 – Participante X).

“Isso é todo um trabalho desenvolvido pela Instituição, pelos professores, que ali dentro das disciplinas o professor vai dando caminhos, ele vai mostrando como mediador do conhecimento, ele vai mostrando caminhos para o aluno. Todos os cursos que possuem várias possibilidades de atuação, quando esse aluno chega, ele não tem essa consciência, ele não tem esse conhecimento, ele fica meio perdido, aí à medida que vai adquirindo essa maturidade, ele vai percebendo que encontrando o espaço dele dentro do curso.” (Grupo Focal 1 – Participante X)

“Ao longo do processo, a gente percebe que o ensino superior ele vai abrindo as portas para o aluno também, ele vai abrindo caminhos. Quando esse aluno percebe que por meio do curso que está fazendo, ele já conseguiu um estágio remunerado, ele já está

conseguindo uma colocação no mercado de trabalho, ele vai ganhando essa consciência. E quando ele vai ganhar essa consciência e adquirindo a maturidade acadêmica, essas questões ele vai conseguindo superar.” (Grupo Focal 1 – Participante X).

c) Classe 3 – Desafios na passagem para o ensino superior e preparação para a carreira profissional

Compreende 27,18% ($f = 56$ ST) do *corpus* total analisado.

Nesta classe são representados os desafios na preparação tanto para o ensino superior quanto para a carreira profissional. Os discursos destacam a deficiência de transição que prepare os alunos para a mudança entre o ensino médio para o superior, relatam que todo o sistema de educação tem um acompanhamento mais próximo entre aluno e professor, e no ensino superior o aluno não possui autonomia de estudar sozinho, necessitando dessa orientação do professor.

A classe simboliza, ainda, a percepção dos participantes sobre a defasagem no modelo educativo universitário, que foca nas partes tecnicistas das profissões e não na resolução de problemas, reforçando que os alunos se formam sem os conhecimentos básicos sobre suas áreas. Nesse sentido, revelam que percebem que muitos alunos não estão preparados para o ensino superior e para se inserir no mercado de trabalho após sua conclusão.

“Eu percebo que o aluno quando chega aqui, ele tem um choque, essa mudança de sair do ensino médio para a graduação, eles se sentem um pouco, não sei se perdido seria a palavra correta, mas é como se eles estivessem vendo o mundo bem diferente do que ele já estava habituado.” (Grupo Focal 1 – Participante X).

“Aqui a gente percebe que o aluno ele chega na universidade, muitas vezes, ele não tem uma consciência de que aqui ele tem que ter uma autonomia nos estudos dele. Então ele vem com aquela experiência do ensino médio, do fundamental, do médio e da educação básica, e quando chega aqui muitas vezes a gente tem que acompanhar esse aluno de perto, pegar na mão desse aluno e introduzi-lo ao ensino universitário.” (Grupo Focal 1 – Participante X).

“Eu tenho 40 anos dentro de faculdade. Então, obviamente, dentro disso a gente entende que esse modelo, essas coisas já se esgotaram há muito tempo. Nós estamos ainda reproduzindo boa parte deles dentro de um contexto voltado à mecanização, à teorização, dentro de diferentes contextos técnicos, e hoje a sociedade busca uma sociedade do conhecimento, uma sociedade muito mais abrangente, e dentro de perspectivas outras como a resolução de problemas, e a questão obviamente de inteligência, aplicação de conhecimentos para a resolução de grandes problemas.” (Grupo Focal 1 – Participante X).

“Cerca de 75% dos médicos não sabem verificar um eletrocardiograma no paciente infartado. 80% não sabem verificar uma pressão arterial. Então que a gente está falando de coisas mínimas, básicas. Nós não estamos falando de alta tecnologia, inteligências artificiais e coisas do gênero, quer dizer, internet das coisas, enfim, aquelas perspectivas mais que hoje permeiam a discussão dentro do ambiente universitário, porque sai, já existe aí, já estamos nessa era da informação, então nós temos que entender que nós temos problemas que são muito profundos, seculares, não são de agora.” (Grupo Focal 1 – Participante X).

“O que eu percebo é que eles têm muitos conflitos, muitas vezes adentram o curso sem uma noção exata se é o curso que eles desejam, ao adentrarem são poucos aqueles que a gente percebe que se sentem não só preparados para estar no ensino superior, mas também para o papel essencial de responsabilização, por ser um acadêmico em busca de uma profissão.” (Grupo Focal 1 – Participante X).

“Muitos saem daqui e não sabem ainda onde se colocar no mercado. Alguns casos isolados, a gente até percebe “Ah, fez um curso X e está atuando na área totalmente inversa ao curso que ele fez”, então a gente percebe que ele entrou com esses conflitos, com essas incertezas e continuou com essas incertezas, não se encontrou dentro do curso. A maioria sai preparado, a maioria sai sabendo o que quer, preparado para o mercado de trabalho, mas vai ter um percentual aqui também que se a gente for aplicar uma pesquisa a gente vai identificar que não se encontrou.” (Grupo Focal 1 – Participante X).

d)Classe 4 – Impacto da região do UNIDESC e interferência dos conflitos intrapessoais durante o ensino superior

Compreende 24,76% ($f = 51$ ST) do *corpus* total analisado.

A classe 4 dispõe sobre os principais conflitos intrapessoais dos alunos observados pelos participantes. Os discursos evidenciam os impactos da região na formação acadêmica e carreira profissional dos alunos, assim como os conflitos relacionados a questões familiares e financeiras destes, devido à ausência de condições para pagar a mensalidade e sustentar a família com os salários reduzidos, ou em razão do desemprego. Da mesma forma, relatam os conflitos observados nos estudantes para conciliar estudo e trabalho, além da dificuldade posterior em se inserir no mercado de trabalho. Também abordam a diferença entre as condições de vida, que tornam a jornada no curso mais árdua para uma parcela dos alunos.

Ainda nesta classe, são apresentados os conflitos ao longo do curso em relação aos déficits da educação básica, que trazem consequências ao ensino superior, como a dificuldade na autonomia dos estudos, inclusive pelos desafios na leitura, interpretação e compreensão dos materiais e aulas. Os participantes constatarem também inseguranças dos estudantes nesse percurso relativas à escolha de suas profissões ou, ainda, à expectativa dos pais em relação à essa escolha. Finalmente, revelam que, apesar da existência de diversos conflitos que interferem na formação desses alunos durante o curso, estes encontram na universidade uma possibilidade de mudar de vida e obter melhores condições para eles e suas famílias.

“Essas dificuldades da região cercante, ela tem um impacto totalmente na vida do aluno, inclusive na formação, a gente percebe que muitos abandonam o curso, fica pelo caminho pelas condições financeiras, por falta de uma colocação no mercado de trabalho. Porque aqui a maioria dos alunos são eles mesmos que pagam a mensalidade, eles que se mantêm, então por falta de espaço no mercado de trabalho, muitas vezes a gente perde o aluno, por falta de condições financeiras, de se manter, de pagar a mensalidade. Isso é comum a gente atender alunos aqui, que ele vem e fala mesmo: “Eu estou abandonando, eu estou cancelando porque eu perdi o emprego ou porque tá muito difícil, eu não estou conseguindo. O que eu estou ganhando não dá para eu sustentar minha família e pagar a mensalidade, então eu tenho que optar por sustentar minha família.”. (Grupo Focal 1 – Participante X).

“Eu acho que eles são aqueles que estão enfrentando uma tentativa de mudar um cenário, e isso não é nada fácil. Primeiro pela bagagem, a própria lacuna na formação da educação básica, segundo a diversidade de ter que entrar para uma universidade, na faculdade, e pagar e estudar, e, terceiro depois concorrer no mercado de trabalho. Então as dificuldades são inúmeras. E quando alguém vence a gente precisa entender que, a depender da sua condição de vida, foi muito mais difícil para ele do que para

muitos que talvez venham descansados, que venham com todo conforto.” (Grupo Focal 1 – Participante X).

“Além dessa dificuldade que ele tem em relação à autonomia nos estudos, que é muito claro, que a gente percebe isso aí na maioria dos alunos, até mesmo a dificuldade na leitura, na preparação para as aulas, e, muitas vezes, os professores passam atividades, direcionam artigos, leituras, eles não conseguem sentar e compreender o que está sendo passado, para eles chegarem aqui preparados para uma aula. Então ele fica um pouco, assim, perdido nesse sentido, então a gente faz todo um trabalho nesse aluno para introduzi-lo. E, além disso, ele vem com vários conflitos da profissão, da escolha da profissão. O aluno chega aqui e ele não sabe de fato se esse curso que ele quer.” (Grupo Focal 1 – Participante X).

“Às vezes um conflito intrapessoal está ligado com relação ao desejo dos pais em ele realizar aquele curso. Nós temos alunos aqui na medicina veterinária que são da área rural, então tem uma expectativa que ele vai trabalhar nessa área para poder dar continuidade no negócio rural familiar.” (Grupo Focal 1 – Participante X).

“Aqui nós temos um perfil de aluno, pelas carências aqui da região cercante, ele deposita uma aspiração muito grande na instituição, no curso que está fazendo, ele vê a oportunidade dentro desse curso que ele está fazendo, a oportunidade de conquistar um melhor salário, conquistar uma melhor condição financeira para a família. Então muitas vezes a gente percebe que, até nas colações de grau, eu percebo, às vezes, é o primeiro integrante da família que está conseguindo um diploma de curso superior. Vem a família toda acompanhar. Então é mais um fator para ele depositar toda a expectativa, a esperança no ensino superior que ele está fazendo.” (Grupo Focal 1 – Participante X).

Os resultados foram consubstanciados dentro daquilo que se propôs na metodologia da pesquisa, com dados significativos, com o fito de encontrar a resposta ao problema de pesquisa.

Portanto, de acordo com os resultados, vê-se que a colocação e discussão da mediação escolar e da consciência individual são questões trazidas ao ambiente escolar/acadêmico. São pontos que devem ser necessariamente discutidos nos projetos institucionais e deve-se colocar como relevantes, pois, são por sinal imprescindíveis à excelência na formação acadêmica, para que o docente que detenha as capacidades, competências e habilidades técnicas e emocionais possa identificar as principais dificuldades que o aluno detém ou esteja transitoriamente experimentando, e trabalhá-las com o discente um leque de caminhos/possibilidades que possam facilitar a trajetória como egresso, em uma tarefa tipicamente voltada para a mediação escolar e solução de conflitos intrapessoais.

4 Discussão e conclusões

De acordo com os resultados, vê-se que a colocação e discussão da mediação escolar e da consciência individual são questões trazidas ao ambiente escolar/acadêmico e expressivos para sua constituição e aplicação no ambiente acadêmico. São pontos que devem ser necessariamente discutidos nos projetos institucionais e deve-se colocar como relevantes, pois, são por sinal imprescindíveis à excelência na formação acadêmica, para que o docente que detenha as capacidades, competências e habilidades técnicas e emocionais possa identificar as principais dificuldades que o aluno detém ou esteja transitoriamente experimentando, e

trabalhá-las com o discente um leque de caminhos/possibilidades que possam facilitar a trajetória como egresso, em uma tarefa tipicamente voltada para a mediação escolar e solução de conflitos intrapessoais.

Com isso, pelos resultados alcançados na IES pesquisada, percebe-se que o estado de consciência do aluno deve ser trabalhado pela perspectiva da mediação escolar no ensino superior, justamente em razão das complexidades enfrentadas pelos alunos durante a formação acadêmica, o que sendo utilizada de forma eficiente pode implicar na condução do aluno ao campo profissional de forma mais adequada.

Ainda, evidencia-se que essa forma de intervenção metodológica pode auxiliar na inclusão de indivíduos com dificuldades de comunicação das suas questões, déficits da educação básica, problemas do campo emocional, dentre outros. Salienta-se que a realização da utilização da mediação proporciona ao aluno a ampliação da visão que este pode adquirir da realidade, ainda, de forma grupal, com o compartilhamento dos problemas comuns.

Referências

ANDRADE, Maria Margarida de. *Introdução à Metodologia do Trabalho Científico*. Atlas, 2010.

AZEVEDO, André Gomma de (Coord.). *Manual de Mediação Judicial*. Conselho Nacional de Justiça, 2016.

AZEVEDO, André Gomma de. *Manual de Mediação Judicial*. Editora CNOAB, 2016.

BACELLAR, Roberto P. *Mediação e arbitragem*. Saraiva, 2016.

COBB, Sara. *Speaking of Violence: the politics and poetics of narrative in conflict resolution*. Oxford University Press, 2013.

DURKEIM, Émile. *Educação e sociologia*. Editora Vozes, 2013.

FISCHER, Roger. y Ury, William; y Patton, Bruce. *Como chegar ao sim: como negociar acordos sem fazer concessões* (1ªed.). Solomon, 2014.

FREUD, Sigmund. *Psicologia das massas e análise do eu e outros textos*. Companhia das Letras, 2011.

GASKELL, G. Entrevistas individuais e grupais. In: Gaskell, G.; y Bauer, M. W. (Coord.). *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. (pp.64-89). Vozes, 2002.

GASKELL, G.; y Bauer, M. W. (Coord.) *Pesquisa qualitativa com texto, imagem e som: um manual prático*. Vozes, 2002.

GATTI, Bernadete Angelina. *Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. Líber Livro, 2005.

LA TAILLE, Yves. *Formação ética: do tédio ao respeito de si*. Artmed, 2009.

MARC, Edmond; y PICARD, Dominique. *A interacção social*. Rés, 1991.

MARCONI, Marina de Andrade; y LAKATOS, Eva Maria. (). *Metodologia do trabalho científico*. Atlas, 1986.

MICHAELIS. Moderno Dicionário da Língua Portuguesa. <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php>.

MORGAN, D. L. *The Focus Group Guidebook*. Sage, 1997.

RISKIN, Leonard L. Understanding Mediators' Orientations, Strategies, and Techniques: A Grid for the Perplexed. *Harvard Negotiation Law Review*, Vol. 1, 7. <https://ssrn.com/abstract=1506684>, 1997.

ROBERT A. y BUSCH, Baruch; y FOLGER, Joseph P. *The promise of mediation: the transformative approach to conflict*. Jossey-Bass, 2005.

RODRIGUES, Silvana Y. de C. *Mediação Judicial no Brasil: avanços e desafios a partir do novo código de processo civil e da lei de mediação*. Lumen Juris, 2017.

ROSENBERG, Marshall B. *Comunicação Não-Violenta: técnicas para aprimorar relacionamentos pessoais e profissionais*. Ágora, 2003.

SCHABBEL, Corinna. *Mediação na Prática: abordagem circular-narrativa*. Iglu Editora, 2016.

SILVA, L. S.; y Menezes, E. M. *Metodologia da pesquisa e elaboração de dissertação. Manual de orientação* (4ª ed.). UFSC, 2005.

VASCONCELOS, Carlos E. de. *Mediação de Conflitos: e práticas restaurativas* (5ª ed.). Gen/método, 2017.